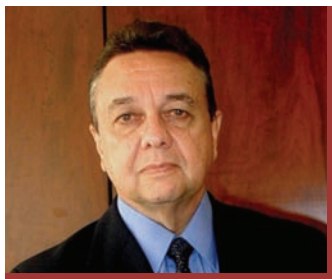


## Diário de bordo

## Gente para a agroenergia



Roberto Rodrigues\*

**T**ENHO INSISTIDO na tese de que a agroenergia representa uma importante mudança na geoeconomia agrícola mundial – em função das necessidades crescentes de oferta de alimentos e de biocombustíveis – bem como da geopolítica, uma vez que os países tropicais da América Latina, da Ásia e da África, mais pobres, serão chamados a produzir essa importante fonte energética.

Mas, para que isso se consolide, é imperioso construir um mercado mundial para biocombustíveis, o que ainda não existe, não obstante o enorme potencial reconhecido.

E, para criar o mercado, há três questões centrais a desenvolver:

- mais países produzindo, porque nenhum país importante trocará a dependência do petróleo de algum país membro da Opep pela de um único grande exportador de etanol, no caso o Brasil.
- legislação nos países consumidores que determine a mistura compulsória do etanol à gasolina, como o Brasil fez com o álcool em 1975 e, agora, com o biodiesel.
- “comoditizar” o produto, a partir de claros parâmetros internacionalmente aceitos e, eventualmente, até com certificação.

O Brasil vem trabalhando os três temas, seja por meio do acordo feito com

os Estados Unidos, seja por meio de alianças com outros produtores/consumidores, de modo que é viável termos um mercado expandindo-se ao longo dos próximos cinco anos. Teremos, então, uma grande oportunidade de gerar mais empregos e renda.

Aí será necessário definirmos nossa própria estratégia, que incorpora desde o estabelecimento de metas de produção para o mercado interno e externo, até sistemas de produção, zoneamento, financiamento, estocagem, logística etc. E, nessa hora, dois temas são igualmente fundamentais:

- investimentos em tecnologia
- formação de recursos humanos

Para o primeiro caso, o trabalho em andamento é a criação de EPE - Empresa de Propósito Específico, autorizada pela Lei de Inovação Tecnológica, que permite ao setor privado associar-se a empresas públicas de pesquisa, como Embrapa, IAC, universidades etc.

E, para o segundo caso, há uma grande e auspiciosa novidade: a Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq-USP, e a Embrapa, juntaram-se para organizar o primeiro mestrado do mundo em agroenergia, que entrará em funcionamento já no primeiro semestre do ano que vem. Trata-se de um grande acontecimento, seja pela parceria das três instituições de excelência em suas respectivas áreas – gestão, agronomia e tecnologia – seja pelo ineditismo da matéria em si.

Afinal, sem gente treinada, capacitada e motivada, ninguém irá a lugar nenhum, nem mesmo movido a etanol. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Reforma anacrônica



Cesário Ramalho da Silva\*

**É** PRECISO pôr uma pedra em cima da reforma agrária de caráter distributivista de terras. Apesar dos recursos públicos gastos em assentamentos, faltam à sociedade brasileira estatísticas de suas produções e dados que evidenciem o avanço socioeconômico das pessoas beneficiadas por esses programas. O orçamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) saltou de R\$ 950 milhões em 2003 para R\$ 3,5 bilhões em 2006.

De acordo com a entrevista do presidente do instituto, Rolf Hackbart, ao jornal *Gazeta Mercantil*, de 1º de outubro de 2007, os projetos de assentamento abrangem 72 milhões de hectares, superiores, por exemplo:

- Ao território de dois dos principais estados produtores e geradores de divisas a partir da atividade rural: São Paulo (22 milhões de hectares) e Paraná (15,5 milhões de hectares);
- À área cultivada com grãos em todo o País, que na temporada atual chegou a 46,2 milhões de hectares, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento.

Hackbart disse que o maior desafio do governo já não é mais dar terras, mas infra-estrutura aos cerca de 7,7 mil assentamentos existentes no País. Um reconhecimento da falta de sentido de distribuir mais terras, em vez de assistir os assentamentos existentes.

## Opinião

## Dois anos de embargos

O custo para assentar uma família gira em torno de R\$ 41 mil. Como, desde 2003, foram assentadas cerca de 800 mil famílias, o custo total chega a R\$ 32,8 bilhões. E, para atender à demanda de aproximadamente 200 mil pessoas o instituto precisa de mais R\$ 8,2 bilhões.

Em seu livro *O Carma da Terra no Brasil*, o secretário do Meio Ambiente de São Paulo e especialista na questão agrária, Xico Graziano, estima em R\$ 50 bilhões os gastos do Incra entre 1996 a 2006.

A pergunta é se o contribuinte brasileiro está disposto a financiar, com tal quantia, uma política pública sem saber muito bem da sua serventia. Será que esse programa vale um investimento dessa magnitude? O próprio Incra desconhece: o seu presidente diz não ter como saber quem quer terra para trabalhar ou para negociar.

A verba gasta com reforma agrária pode ser mais bem empregada em políticas públicas mais eficientes, na união de quem verdadeiramente tem aptidão para o trabalho rural entre os pequenos, médios e grandes produtores. A sintonia, focada na produção, e não no assistencialismo, tem a capacidade de gerar oportunidades, emprego e renda, com resultados positivos na inclusão social e na emancipação das pessoas.

A atividade rural brasileira atingiu um alto estágio de desenvolvimento. O País conta com economia estabilizada, e o estoque disponível de terras diminuiu nas últimas décadas. O governo precisa desenvolver idéias modernas. A reforma agrária nos moldes atuais é desperdício de dinheiro, tempo e inteligência. Como cria um ambiente de insegurança e de instabilidade no campo, coloca em risco os investimentos feitos no setor. Está na hora de agir para o futuro e não de continuar com os olhos voltados para o passado. ■



João Sampaio\*

NESTE MÊS, completamos dois anos de embargos impostos pelos países compradores à carne bovina brasileira. Apesar da suspensão dos impedimentos por alguns importadores, ainda sofremos. O estado de São Paulo deixou de exportar mais de US\$ 1 bilhão: despencamos de um patamar de 60% das vendas para apenas 20% e ainda não vendemos para dois dos melhores clientes, a União Européia e o Chile. Enquanto isso, assistimos à retomada das exportações via outros estados, e à recuperação parcial nos preços do boi e à retomada de fôlego do pecuarista..

Vimos e ouvimos muito das missões estrangeiras ao Brasil. Somente da Comunidade Européia foram oito, desde os focos de aftosa em 2005, excluídas aquelas da OIE. Na Comissão Européia, quando indaguei sobre o retorno de nosso *status* sanitário (livre de aftosa com vacinação), obtive uma resposta tão complexa quanto à rastreabilidade. Disseram que precisávamos nos concentrar em cinco tópicos:

1. Legislação relativa ao foco;
2. Identificação e o controle de trânsito;
3. Programa de comprovação da eficiência da vacina;
4. Agilizar os testes laboratoriais;
5. Controle na emissão de certificados sanitários;
6. Testes de pré-movimento dos animais deslocados para áreas não-res-tritas do Mato Grosso do Sul.

O MAPA tomou providências em relação a esses itens, e a doença não é registrada há dois anos. Mas, continuamos reféns de missões oficiais e não-oficiais e sem oferecer uma resposta sanitária satisfatória ao mundo.

Um das frases marcantes, dita por um integrante da Comissão foi: “Não espere que o Brasil tenha tratamento de país em desenvolvimento, porque nas exportações de carne bovina, o seu país é o maior do mundo, será tratado desta forma pelas autoridades sanitárias e por seus compradores”.

Receber tratamento de gente grande, sim. Porém, não aceitamos tratativas diferenciadas. Recentes episódios de focos de febre aftosa na Inglaterra foram solucionados em menos de 15 dias. Por ser uma ilha, o controle de trânsito de animais ganha eficácia. Podemos fazer uma gracinha se levarmos em conta que a imagem de qualquer cidadão inglês, na capital Londres, chega a ser registrada pelas câmeras, colocadas em locais públicos, até duzentas vezes ao dia. Então, imagine a eficácia na emissão de uma guia de trânsito animal.

Com tudo isso, os episódios ingleses são recorrentes, assim como em qualquer outra parte do mundo. Critérios de impedimento de trânsito e de saúde animal poderiam ser mais bem analisados. Está na hora das nações provocarem os questionamentos técnicos, diante dos argumentos apresentados. A aftosa inglesa fica a cerca de 500 km de Dublin, a capital do país dos estridentes fazendeiros irlandeses, que pedem o embargo total às nossas carnes. Numa comparação rasa, os municípios de Eldorado e Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul, ficam a uma distância que é quase o dobro da até São Paulo.

Diante dos gritos comerciais, os argumentos técnicos são bons, porém ainda devem ser melhorados. ■

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)